Cadernos Macambira
*V. 6, Nº 1, 2021. Página **259** de **369**. **ISSN 2525-6580***
***Anais* IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**. 06 a 08 de outubro de 2020. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.
http://revista.lapprudes.net/

Eixo 10: Formação de professores na área da Educação Especial

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA COM ÊNFASE NAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Laura de Oliveira Miranda*[1] - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB/CAMPUS X - Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB)

Guilhermina Elisa Bessa da Costa[2] - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB/CAMPUS X

*Autora correspondente: lauraoliveiram97@gmail.com

RESUMO: O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa vinculada ao Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, intitulado: Políticas públicas para a inclusão de estudantes com deficiência na educação básica, com ênfase na Tecnologia Assistiva e tem com o objetivo analisar a aplicabilidade das políticas públicas de inclusão de estudantes com deficiência nas escolas públicas em uma cidade do Extremo Sul da Bahia, com ênfase na Tecnologia Assistiva. Para tanto, utilizou-se como metodologia de abordagem qualitativa, por meio da coleta, seleção e análise documental, (resoluções, decretos, regimento interno das escolas, leis e municipais, dentre outros a fim de registrar os aspectos levantados sobre a Tecnologis Assistiva e estabelecer um paralelo entre estas disposições locais e os textos dos marcos legais, estatutos e decretos e as contribuições da referida legislação brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146. Ademais, discute-se os dados com as perspectivas teóricas que abordam a inclusão e a Tecnologia Assistiva e a educação inclusiva, como Manzini e Santos (2001); Galvão Filho (2013) e Mazzotta (2011). No que tange aos resultados, depreende-se que tanto o regimento unificado analisado como espaços escolares ainda se encontram distantes das regulamentações das leis de inclusão, principalmente no que concerne à disponibilidade, uso adequado e avaliação das Tecnologias Assistiva. Na conclusão, ressaltamos a urgência de um avanço no que tange a aplicabilidade das políticas públicas para a inclusão de estudantes com deficiência para a utilização das Tecnologias Assistiva, além da necessidade de investir no fomento, avaliação e no acompanhamento do uso da Tecnologia Assistiva, buscar uma interlocução adequada, na perspectiva de contribuir para a independência e autonomia dos estudantes com deficiência, assinalamos que ainda é necessário maior investimento nessa área, nos aspectos estruturais, materiais adaptados e em salas multifuncionais e na formação continuada de professores.

Palavras-chaves: Tecnologias Assistivas. Políticas públicas. Educação.

---

1 - Graduanda do Curso de Licenciatura em História - VII Período, - Curso de História. Universidade do Estado da Bahia – UNEB /DEDC-Campus X. Bolsista do Programa de Iniciação Científica da UNEB.
E-mail: lauraoliveiram97@gmail.com
2 - Mestre em Gestão de Tecnologias aplicadas à Educação –GESTEC/UNEB. Pós-graduada em Psicopedagogia (UESC) e História do Brasil e em Docência do Ensino Superior. Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: guilbessa@yahoo.com.br

.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas podem ser consideradas como conjunto de programas, ações e decisões deferidas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais), essas deliberações normativas por vezes contam com a participação da sociedade para serem construídas e expressam respostas às problemáticas e fenômenos emergentes das conjunturas sociais. Nesse sentido, as políticas públicas de educação inclusiva se constituíram por meio de uma trajetória de mobilizações nacionais e internacionais em prol das pessoas com deficiência, essas demandas após lutas e reivindicações culminaram no sansão da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, a qual dispõe sobre o direito à acessibilidade e participação autônoma de todos os cidadãos nos diversos espaços públicos, dentre os quais está a educação.

Entretanto, o estabelecimento dessa lei não se deu espontaneamente, contou com esforços de familiares e amigos das pessoas com deficiências em várias partes do mundo, sendo constituída dessa forma, em um cenário de democratização da educação. A partir de 1990 as discussões concernentes à abertura da educação para todos tomaram o centro dos debates internacionais. Declarações e resoluções como a Declaração de Salamanca (1994), Convenção da Guatemala (1999) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009) preconizam em seus textos a concessão do acesso igualitário a uma educação de qualidade, e nessa perspectiva, postulam para os países assinantes ou compactuantes e o compromisso com a educação inclusiva e de qualidade, isenta de discriminação ou qualquer tipo de restrição.

O Brasil situa-se entre os países signatários dessas resoluções internacionais e tem buscado gradualmente assegurar, ou melhor dizendo, restaurar a dignidade de grupos antes marginalizados socialmente e, portanto, cerceados do acesso a educação. Esses princípios se transpuseram na legislação brasileira em forma de decretos, resoluções e leis federais que prescrevem aos estados da União a garantia de acesso e permanência de todos nos ambientes educacionais de todos os níveis e orientam a respeito da oferta da Educação Inclusiva.

A educação enquanto um espaço coletivo e direito de todos é um dos principais âmbitos que necessita ser reestruturado para acolher as pessoas com deficiências e marcos legais com a Lei 13.146/2015 postulam normatizações em torno de suas reconfigurações, essas reformulações devem ser feitas no sentido de promover a acessibilidade a todas as atividades envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Todavia, a implantações dessas normas e prescrições em níveis locais podem assumir arranjos diferentes, o que leva a diferentes ritmos de processos de Inclusão nas diversas regiões e localidade brasileiras.

Mazzota (2011) indica que a política de atendimento e assistência à pessoa com deficiência não é constituída de um sistema central coerente e coeso com demais normas e parâmetros legais da área, o que leva a existência de divergências, imprecisões e falta de clareza. O referido autor em suas análises sobre a legislação de educação especial e inclusiva aponta algumas imprecisões quanto a denominação do público alvo da educação especial, historicamente referidos de distintas maneiras, como excepcionais; deficientes; educando com

necessidades educacionais especiais; educandos especiais; portadores de deficiência; portadores de características especiais, entre outras designações. Segundo as interpretações de Mazzotta (2015) uma das questões que levanta questionamento diz respeito á imprecisão na definição da natureza do atendimento educacional especializado, questiona-se se deve ocorrer por meio de serviços especializados fora da escola ou nos sistemas regulares de ensino ou ainda, nos dois tipos de serviços, simultaneamente.

Na perspectiva de colaborar com as explanações sobre os impactos das leis e parâmetros reguladores, o presente estudo buscou analisar a aplicabilidade das políticas públicas de inclusão de estudantes com deficiência nas escolas públicas em um município do Extremo Sul da Bahia, com ênfase nas tecnologias assistivas.

METODOLOGIA

Utilizou-se como metodologia de abordagem qualitativa, por meio da coleta, seleção e análise documental (resoluções, decretos, regimento interno das escolas, leis municipais, dentre outros) a fim de registrar os aspectos pertinentes às tecnologias assistivas e estabelecer um paralelo entre estas disposições locais e os textos dos marcos legais e as contribuições da referida legislação brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015. Compõe ainda o escopo da pesquisa análises de artigos selecionados e coletas no SCIELO *(Scientific Library On line)* que abordam a implementação de tecnologias assistivas no contexto da educação básica.

RESULTADOS E DICUSSÕES

A Lei Brasileira de inclusão pode ser entendida como a consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, ao menos no que tange às normatizações. Ela incorpora e institui outras diretrizes voltadas para os direitos das pessoas com deficiência, desse modo, reune um compilado de disposições que visa assegurar e promover o bem-estar e o acesso seguro e autônomo das pessoas com deficiência a espaços e serviços privados e públicos, dentre os quais está a educação. Aspectos relevantes foram identificados no texto da Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/2015, dentre os aspectos identificados estão as disposições dessa lei acerca da garantia de acesso à Tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, é assinalado o dever do poder público em assegurar a disponibilidade de recursos de acessibilidade nos espaços educacionais:

> Art.28. Incumbe ao poder público, assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: (...) II- aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (...) IV- disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência; (BRASIL, 2015).

Fica assim determinada a garantia de oferta de recursos de tecnologias assisitivas auxiliadoras no processo de ensino e de convivência escolar, esta garantia exige além de investimentos do estado, o empenho de professores e da comunidade escolar em pesquisar e, reivindicar e até mesmo buscar construir e aprimorar os materiais pedagógicos inserir recursos de tecnologia assistivas nas suas conjunturas escolares. Galvão Filho (2013) apresenta um leque de possibilidades de construção e uso de Tecnologia assistiva, destacando que esta formulação pode ser feita com materiais mais acessíveis, inclusive a partir do uso a partir da reutilização de materiais que seriam descartados.

A Tecnologia assistiva se propõe a atenuar as limitações impostas por algumas deficiências, elaborando recursos estratégias para compensar as funções e equiparar as condições, eliminado assim as desvantagens e barreiras à participação social:

> Em resumo, as bases para formulação conceitual de Tecnologia Assistiva adotadas pelo CAT são: – Área do conhecimento – Interdisciplinaridade – Objetivos: promover a funcionalidade (atividade, participação) de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosas, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. – Composição: produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços – Considerar os princípios do Desenho Universal e da Tecnologia Social. (Brasil, 2009, p.16)

O presente do estudo se empenhou em analisar a aplicabilidade das políticas públicas de inclusão de estudantes com deficiência nas escolas públicas no município de Teixeira de Freitas, enfatizando a presença da tecnologia assistiva nesse processo inclusivo. Com o intuito de perscrutar as discussões sobre essa temática, recorremos ao *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil).

Na busca dos descritores isolados "tecnologia assistiva" no referido banco de dados foi encontrado o contingente de 73 resultados, contudo, quando associamos as palavras, utilizando os descritores educação especial + tecnologia assistiva ou Educação inclusiva + tecnologia assistiva obtivemos um número muito menor de resultados. Associações dos descritores: tecnologia assistiva/ educação inclusiva/ educação especial + políticas públicas não selecionaram nenhum resultado de publicação até o ano de 2018, de modo semelhante, a procura pelos descritores tecnologia assistiva/ Teixeira de Freitas também não apresentaram resultados, o que evidencia que de estudos de políticas voltadas às disposições sobre a tecnologia assistiva ainda estão em processo de evolução.

Tabela 1: Distribuição de artigos por descritores utilizados

DESCRITORES	Totais
Tecnologia assistiva	73
Educação especial + tecnologia assistiva	28
Educação + tecnologia assistiva	38
Educação especial+ recursos	165
Educação inclusiva + recursos	54
Total	358

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Após o levantamento foi realizada uma seleção dos artigos mais condizentes com o enfoque da pesquisa, estes passaram por triagem e estão dispostos na tabela 2. A Tecnologia Assistiva revela-se como uma temática que suscita discussões em diversas partes do país, essas discussões se intensificam principalmente em torno de sua utilização e funcionalidade no processo de ensino-aprendizagem, por conseguinte, no ambiente escolar.

A partir da análise dos artigos selecionados contata-se o crescente interesse pela investigação e discussões acerca da presença da Tecnologia Assistiva (TA) no processo de escolarização do público alvo da educação especial, são avaliados principalmente a funcionalidade dessa para a acessibilidade de alunos com maior comprometimento físico e motor, a maioria dos estudos se debruçam sobre o uso de tecnologia assistivaspor alunos com Paralisia Cerebral. Verifica-se também que esses estudos buscaram averiguar contribuições concretas da Tecnologias Assistiva para o processo de inclusão escolar. Além disso, fica evidente nos apontamentos dos autores dos artigos as necessidades de se considerar o contexto escolar em que os alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimentos estão inseridos, para se alcançar a utilização funcional da tecnologia assisitiva os mesmos ainda indicam a importância da escuta atenta à esses sujeitos usuários de TA, a fim de que, em situações necessárias se realizem adequações apropriadas às potencialidades, dificuldades e características de cada aluno.

Nesse sentido, alunos e professores apontaram contribuições significativas da tecnologia assistiva para a adequação da postura, auxílio na escrita e na comunicação durante atividades escolares e realização de tarefas e estratégias pedagógicas, ademais, foram assinaladas também as dificuldades e necessidades de adequação de recursos, ausência de profissionais de apoio especializados, dificuldade na aquisição de recursos, e ainda se fizeram presentes demandas relativas à estrutura escolar inapropriada e a superlotação das salas de aula. Essas necessidades apresentam-se, por vezes, como empecilho à plena utilização e, consequentemente um entrave à um atendimento satisfatório das necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

No decorrer das leituras e análises dos artigos verificou-se a persistência de estudos sobre tecnologia assistiva que averiguam os efeitos da implantação de TA e opiniões de educadores e de estudantes com deficiência em contato com a tecnologia assistiva. A análise dos artigos da *Scielo* revelam os esforços que pesquisadores e especialistas da área da inclusão têm despendido para inserir, construir, avaliar e experimentar o uso de tecnologia assistiva nos contextos escolares, especialmente no ensino regular, como preconiza a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/15. A persistência de estudos de caso ou com abordagem intervencionista. (conforme indica a tabela 3) evidência a necessidade de ações em torno da inserção adequada de Tecnologia Assistiva a educação.

Tabela 2: Artigos selecionados e analisados

nº	Referência e Palavras-chave
1	CONTE, Elaine; OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach; BASEGIO, Antônio Carlos. Tecnologia Assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 01-24, set. 2017. **Palavras-chave:** Tecnologia assistiva. Educação inclusiva. Direitos humanos.
2	OLIVEIRA, Ana Irene; ASSIS, Grauben José Alves; GAROTTI, Marilice Fernandes. Tecnologias no ensino de crianças com paralisia cerebral. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 1, p. 85-102, Jan/ Mar. 2014. **Palavras-chave**: Educação Especial. Paralisia Cerebral. Tecnologia de Ensino. Tecnologia Assistiva. Equivalência de Estímulos.
3	ROCHA, Aila Criado; DELIBERATO, Débora. Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 71-92, Jan/Mar. 2012. **Palavras-chave:** Educação Especial. Paralisia Cerebral. Tecnologia Assistiva. Recursos. Educação infantil.
4	FACHINETTI, Tamiris Aparecida; GONCALVES, Adriana Garcia; LOURENCO, Gerusa Ferreira. Processo de Construção de Recurso de Tecnologia Assistiva para Aluno com Paralisia Cerebral em Sala de Recursos Multifuncionais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 4, p. 547-562, Out/ Dez. 2017. **Palavras-chave:** Educação Especial. Sala de Recursos. Tecnologia Assistiva. Paralisia Cerebral.
5	BORGES, Wanessa; TARTUCI, Dulcéria. Tecnologia Assistiva: Concepções de Professores e as Problematizações Geradas pela Imprecisão Conceitual1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 1, p. 81-96, Jan./Mar. 2017. **Palavras-chave:** Educação Especial. Tecnologia Assistiva. Atendimento Educacional Especializado.
6	SPILLER, Marcelo; BRACCIALLI, Lígia Maria. Opinião de profissionais da educação e da saúde sobre o uso da prancha ortostática para o aluno com paralisia cerebral. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 265-282, Abr,/Jun. 2014. **Palavras-chave:** Educação Especial. Paralisia Cerebral. Mobiliário Adaptado. Prancha Ortostática. Tecnologia Assistiva.
7	SILVA, Rafael Luiz et al. Efeitos da comunicação alternativa na interação professor-aluno com paralisia cerebral não-falante. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 1, p. 25-42, Jan./ Mar. 2013. **Palavras-Chave:** Educação Especial. Interação professor-aluno. Sistemas de comunicação. Paralisia cerebral.
8	ALVES, Ana Cristina; MATSUKURA, Thelma. Percepção de alunos com paralisia cerebral sobre o uso de recursos de tecnologia assistiva na escola regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 2, p. 287-304, Maio/ Ago. 2011. **Palavras-Chave:** Tecnologia. Educação Especial. Aluno com Deficiência. Deficiências Físicas
9	CODGNO, Franciane Teixeira de Oliveira; BRACCIALLI, Ana Carla; BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido. Mudança na Destreza Manual do Aluno com Paralisia Cerebral Frente ao Mobiliário Escolar Adequado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 4, p. 501-516, Dez. 2018. **Palavras-Chave:** Paralisia cerebral. Tecnologia assistiva. Mobiliário

10	CALHEIROS, David; MENDES, Enicéia. Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professores. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v. 46, n. 162, p. 1100-1123, Out./ dez. 2016. **Palavras-Chave:** Educação Especial. Formação de professores. Ensino a distância. Tecnologia Assistiva.
11	CALHEIROS, David; MENDES, Enicéia. Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professores. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v. 46, n. 162, p. 1100-1123, Out./ dez. 2016. **Palavras-Chave:** Educação Especial. Formação de professores. Ensino a distância. Tecnologia Assistiva.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Tabela 3: Distribuição dos artigos por abordagens metodológicas

Metodologia	Totais
Pesquisa bibliográfica	1 (1)
Pesquisa experimental	2 (2;9)
Pesquisa de campo	1 (3)
Pesquisa descritiva	2 (4;11)
Pesquisa-ação	2 (5;7)
Estudo de caso	2 (6;8)
Pesquisa exploratória	1 (10)
TOTAIS	11

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Estudos como o de Oliveira; Assis e Garotti (2014) (2) e Rocha e Deliberato (2012) (3) apresentam exames das aplicações e adaptações presentes nos processos de inserção da tecnologia assistiva na vida de estudantes com deficiências. Ambos estudos abordam as potencialidades e contribuições das tecnologias assistivas na educação de alunos com Paralisia Cerebral (PC). O primeiro estudo constatou que recursos como o *software* "Desenvolve", utilizado nos testes analisados na pesquisa, podem contribuir para procedimentos de ensino e apara a efetiva comunicação de alunos com PC.

A pesquisa de Fachinett *et al* (2017) não consistiu apenas na observação, mas foram realizadas atividades de intervenção, a pesquisadora propôs e elaborou, com a colaboração da professora, um recurso e estratégia de tecnologia assistiva. Nesse sentido, foi desenvolvido na sala de recursos multifuncionais o material *pinball* adaptado, a formulação deste e toda a intervenção seguiu veementemente o fluxograma elaborado por Manzini e Santos (2002)[24]. Fachinett *et al* (2017) (4) consideraram que o recurso formulado contribuiu para a melhoria do desempenho funcional do aluno com paralisia cerebral do tipo quadriparesia aspártica nas atividades motoras finas, além disso, ressaltaram que a Tecnologia assistiva contribuiu para o cumprimento do planejamento pedagógico.

[24] O fluxograma de Manzine e Santos recomendam uma série de fases que corroboram para o uso efetivo de Tecnologia Assistiva, tais como o processo de identificação, seleção, obtenção, experimentação e acompanhamento.

Outros estudos que se aproximaram das conjunturas educacionais provocam reflexões a respeito do modo como a demanda de uso da Tecnologia assistiva é recepcionada pelos professores, os estudos de Borges Tartuc (2017) buscaram analisar as concepções de Tecnologia Assistiva (TA) de professores especialistas que atuavam no AEE, além de discutir as controvérsias geradas pela imprecisão do conceito de TA no Brasil. Borges Tartuc (2017) verificaram que apesar das atuarem no atendimento educacional especializado a maioria das educadoras participantes da pesquisa expressaram uma compreensão distorcida de Tecnologia Assistiva, quase sempre confundindo a mesma com recursos pedagógicos ou com a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC). Essas confusões quanto ao conceito, objetivo (função) e componentes da TA devem-se a recente definição do termo no Brasil, o termo Tecnologia Assistiva provocou interpretações inadequadas. Essas compreensões foram problematizadas nos ciclos de estudos (coordenados pelos pesquisadores) que clarearam as dúvidas das educadoras, ajustando o conceito de TA definido pela Comissão de Ajudas Técnicas (CAT), no decorrer das fases da pesquisa colaborativa em que antigas noções de TA foram confrontadas e repensadas, em discussões pesquisadores e as docentes participantes da pesquisa.

A Tecnologia assistiva, apesar de ser um instrumento para a efetivação da educação inclusiva ainda permanece pouco conhecida ou explorada, como ficou evidente nos resultados da análise do Regimento Interno Unificado das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino encontrado em uma escola do Município de Teixeira de Freitas- BA. Em nossa análise adotamos a perspectiva de Laurence Bardin (2011), que a respeito da análise documental recomenda, que após leituras se realize a codificação de dados, desse modo, como unidade de registro, optei pela temática tecnologia assistiva e seus usos para a promoção de acessibilidade, tendo em vista sua conceituação pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT)

Nesse regimento, distribuído no ano de 2011 pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a quantidade de vezes que o termo tecnologia assistiva em sua grafia literal aparece no referido documento é inexpressivo, apesar disso, referências a essa área de conhecimento são encontradas em expressões como recursos de acessibilidade; professor ou profissional guia e intérprete. O Regimento dispõe de diretrizes acerca uso de Libras como linguagem alternativa auxiliar na comunicação, porém não dispõe sobre o ensino de Braile, se revelando assim desajustada frente às regulações da Lei 13.146/2015.

Na seção II do capítulo VI, a qual dispõe sobe o atendimento educacional especializado (AEE) e a sala de recursos multifuncionais verifica-se o estabelecimento de prescrições a respeito da participação dos profissionais de apoio, que, segundo o regimento, devem atuar tanto na sala de recursos e quanto na sala de aula comum, dando suporte ao professor regente e auxiliando a comunidade escolar e membros familiares na fomentação e utilização de estratégias e instrumentos de acessibilidade:

> Artigo 26 - são atribuições do professor do Atendimento Educacional especializado: II - Elaborar e exercitar o plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos de acessibilidade; (...)IV - estabelecer parcerias e com áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI - Orientar professores e familiares

> sobre **recursos pedagógicos e de acessibilidade** utilizado pelo aluno; VII - Ensinar a usar a **tecnologia assistiva** de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação. VIII - Estabelecer articulação com os professores das salas de aula comum, **visando à disponibilização de serviços, de recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias** que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
>
> (COMEC, 2011, p.23-24)

No capítulo sobre Organização Pedagógica (capitulo IV), o referido documento estabelece normalizações em relação ao serviço de apoio à alunos surdos cegos, que deverá contar, conforme disposto no Artigo 24:

> II - Professor intérprete, para atuação na sala de aula comum em que esteja matriculado o aluno surdo, conforme prescrito na estratégia de matricula;
>
> II - Professor guia-intérprete para atuação junto ao aluno curdo cego;
>
> III - Professor itinerante, para a atuação junto à alunos e professores em unidades escolares que não possuam Sala de Recursos.
>
> (COMEC, 2011, p.23).

Além das notórias lacunas referentes ao ensino e utilização do Braille, o regimento não apresenta exposição aprofundada a respeitos das possibilidades de usos das tecnologias assistivas, ou seja, não apresenta detalhes sobre o processo de identificação, seleção, obtenção, experimentação e usos de TA, assim como não exemplifica a categorização desses recursos, como aqueles destinados atenuar limitações e barreiras motoras, de adequações posturais por exemplo.

Tudo isso seria, conforme Manzini e Santos (2002), formas potenciais de informar e instrumentalizar os envolvidos no processo de inclusão e auxiliá-los nos movimentos de reivindicações de materiais e recursos de Tecnologia Assistiva, promovendo assim a efetivação do direito a acesso e permanência e participação de pessoas com deficiência no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, depreende-se que tanto o regimento unificado como espaços escolares ainda se encontram distantes das regulamentações das leis de inclusão, principalmente no que concerne à disponibilidade, uso adequado e avaliação das Tecnologia Assistiva. Os estudos realizados apontam que ainda é necessário um avanço no que tange a aplicabilidade das políticas públicas para a inclusão de estudantes com deficiência para a utilização da tecnologia assistiva, além da necessidade de investir na avaliação e no acompanhamento do uso da tecnologia assistiva, buscar uma interlocução adequada, na perspectiva de contribuir para a independência e autonomia dos estudantes com deficiência, valorizando o respeito a diversidade.

Para além de estarem prescritos em leis e decretos os direitos das pessoas com deficiências precisam ser consolidados na prática na realidade concreta, e para tanto, o poder público de estados e municípios bem como a sociedade brasileira em geral devem estar mobilizados em torno da construção de uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Senado Brasília-DF, 2015.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CAT, **Comitê De Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), 2009.

COMEC, Conselho Municipal de Educação e Cultura, institui pela resolução Nº 008/2011 o **Regimento Interno Unificado da Rede Municipal de Ensino**. Teixeira de Freitas, 2011.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: **Revista da FACED** - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação - FACED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25- 42, jan./jun. 2013.

MANZINI, E.J. ; SANTOS, M.C.F. **Portal de ajudas técnicas para a educação**: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência - recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC, v.1, 2002.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez editora. 2011.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa.** Brasília, DF: MEC, 2010. v.6.